



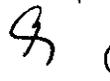
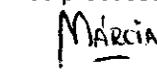
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR – FAPS

REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FAPS

ATA Nº 10/2014

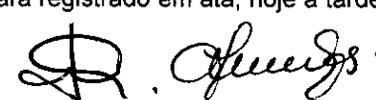
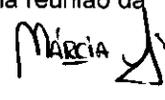
Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e quatorze, às nove horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões do Instituto, em Reunião Ordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Deliberativo do FAPS: Cezira Höckele; José Carlos Matos; Gilberto de Oliveira Ramos; Paulo Ivan Rodrigues Vega; José Marly dos Santos Brando e Gevaldino Souza de Oliveira conselheiros titulares, juntamente com a conselheira suplente, Luciane Maraschin. Foram convidados a participar da reunião Susan Blumm, Diretora Administrativa do FAPS, e Vinicius de Vargas Bacichetto, Diretor Financeiro do FAPS. O Presidente do Conselho, Sr. José Carlos Matos, iniciou a reunião com a leitura e apreciação da pauta: decisão sobre o DRAA – Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial; processo administrativo nº 180/2014 (cento e oitenta barra dois mil e quatorze); eleições do FAPS e assuntos gerais. A pauta foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi passado para o primeiro ponto da pauta que se refere à decisão sobre o DRAA – Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial. José Carlos lembrou que tendo em vista que o nosso DRAA não foi encaminhado ficou decidido numa reunião, que seria de bom senso, aguardar até a última reunião ordinária deste Conselho para a tomada de uma decisão sobre a irregularidade que existe sobre o mesmo. Ele solicitou se a Administração fez algum encaminhamento, pois sabemos que foi realizado, pela Administração, outro cálculo atuarial e, o entendimento deste Conselho é de que temos que ter uma posição. Cezira informou que para nos resguardar emitiu o ofício nº 209/2014 (duzentos e nove barra dois mil e quatorze) endereçado ao Prefeito, com cópia para: a Secretária de Recursos Humanos e Logística, o Secretário de Gestão e Finanças e o Chefe de Gabinete, colocando esta situação e da necessidade urgente deles nos repassarem estes dados para que possamos encaminhar. Ela ressaltou para eles a importância da decisão e do envio da resposta para o IPAM, falou, também, da exiguidade do prazo que temos e do risco de ficarmos sem o referido certificado. Cezira falou que, informalmente, foi dito que o Município irá fazer um aporte de três milhões, mas em relação ao aumento da alíquota ainda não tem uma posição. Brando entende que este documento veio num bom momento, numa boa hora e, que este Conselho deverá respaldar o mesmo emitindo um documento à parte e voltou a reiterar que o não preenchimento do DRAA é um problema que afeta o fundo com certeza, mas a Administração, no seu entendimento, tem muito mais a perder em função dos repasses e das verbas federais. Luciane leu, a pedido do José Carlos, o referido ofício. José Carlos enalteceu a posição da Presidente do IPAM, pois o documento encaminhado por ela é muito importante, necessário e ressalva o IPAM desta situação, ele tem dúvida se respalda este Conselho desta situação. Ele falou que três milhões de reais não cobre o déficit do FAPS e parece que a Administração ainda não tem a real noção do que estamos enfrentando. Além de que pode ser feito uma “decisão política”, em outras palavras, tentar resolver o problema da Administração e não resolver o problema do FAPS. Brando lembrou que ao longo de quinze meses enfrentamos muitas dificuldades, em outras palavras, quatro substituições na Presidência do Instituto que realmente nos colocou numa situação muito vulnerável, pois neste período não houve uma consolidação das dificuldades que o Instituto está passando. Ele pontuou que este documento que foi entregue pela Presidente do IPAM ao senhor Prefeito tem o seu respaldo e que fica feliz que a Presidente do Instituto teve uma argumentação bastante consolidada e sólida porque com isso o Prefeito terá que tomar uma decisão, tendo em vista que não existe outra opção que não seja sanar o déficit atuarial. Luciane concorda com o José Carlos que estes três milhões são insuficientes diante do que foi apresentado e o aumento de alíquota será anunciado em cima do prazo e sem tempo para discussões, sendo o mesmo taxativo. Cezira sugeriu que este conselho, também, encaminhe um documento para o Prefeito reforçando as preocupações aqui apresentadas, como por exemplo, a exiguidade do prazo e a urgência. Paulo disse que acreditamos na pessoa que estava na Presidência do Instituto de que as informações seriam encaminhadas ao Prefeito. No entanto, em sua opinião, se encaminharmos algo neste momento seria o mesmo que dar um atestado de incompetência, mas caso a decisão seja de encaminhar o referido documento devemos anexar todas as atas emitidas neste Conselho. Gevaldino pontuou que está saindo deste Conselho muito feliz porque viu a atitude que a atual Presidente tomou em comunicar, por escrito, o Prefeito Municipal sobre a real situação do FAPS. Luciane lembrou que existem dois documentos, anteriores, que foram encaminhados, um se refere ao cálculo atuarial do Banco do Brasil, que está protocolado no Executivo além do cálculo atuarial emitido pelo Fardin. A esse respeito Brando quer deixar algumas coisas bem pontuadas: o fato de termos três cálculos atuariais para solucionar o problema do FAPS, a base de dados que é muito inconsistente, além de que, o aumento de alíquota vai existir, pois só o valor da administração não vai resolver o nosso problema. Paulo comentou que o aumento da alíquota somente será bem aceito se o cálculo for verdadeiro porque o cálculo realizado até agora é mágico, pifio, enrolação, pois não resolve, somente protela o problema, em outras palavras, para apresentar um cálculo que convença este Conselho e os colegas servidores a base oficial tem que ser correta e não essa coisa que está aí. José Carlos falou que a sua posição é muito clara e que quem defende o aumento de alíquota, como ele, está enfrentando sérias dificuldades frente à categoria. Ele acrescentou que a nossa situação é muito mais que preocupante e entende que este Conselho trabalhou e trabalha de forma muito responsável, mas assim mesmo não se consegue chegar num denominador ou situação adequada. José Carlos lembrou que já encaminhamos processos

      MÁRCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

administrativos internos; a Administração tem conhecimento de três cálculos atuariais; a Administração não deu a importância a este Conselho; trabalhamos o último um ano e meio com muita dificuldade e a partir do momento que este assunto chegou a este Conselho foi tomada uma posição de encaminhar a situação, mesmo com as dificuldades encontradas, ao conhecimento do Executivo; o nosso cadastro nunca foi único, lembrando que a Secretaria da Administração disse em reunião, aqui, no ano passado, que até o final daquele ano estaria resolvido e ele tem certeza que pela vontade dela isso estaria realmente resolvido, mas existem burocracias e dificuldades que não permitem que isso aconteça de uma hora para outra. José Carlos comentou que outra preocupação que se refere ao fato de que este Conselho não tem uma posição definitiva, de cobrança mais forte. Ele salientou que temos uma Presidente responsável, que em pouquíssimo tempo fez mais do que muitos em todo o período de gestão deles; tem conhecimento de outros presidentes que levaram o assunto ao Prefeito, mas não o fizeram por escrito. Ele falou que lamentavelmente propõe novamente a notificação ao Ministério da Previdência e ao Tribunal de Contas do Estado, pelo não encaminhamento do DRAA. Gevaldino disse que é muito cômodo quando está saindo aprovar uma proposta dessas, acha isso complicado. Paulo não concorda com o Gevaldino porque tem que ficar claro que este Conselho já havia se manifestado solicitando a referida notificação. José Carlos lembrou que esse assunto já havia ficado decidido numa reunião que iríamos aguardar para realizar a notificação. Luciane lembrou que ela foi uma das pessoas a favor de dar um prazo maior. No entanto ela também tem este receio de que o próximo conselho venha a dizer que nós fomos omissos e que a culpa recaia sobre nós. Vinicius sugeriu que este Conselho encaminhe um documento, com cópias das atas, pedindo que o mesmo seja anexado ao ofício encaminhado pela Presidente do IPAM, tendo em vista que o Conselho Deliberativo já estava apontando a situação há muito tempo. Cezira gostaria de deixar bem claro que, em momento algum, foi acenado ou falado da possibilidade de responsabilidade deste Conselho sobre o problema existente. Ela acrescentou que acredita que o Prefeito não tinha conhecimento do problema. Brando reforçou o que a Cezira falou, pois comentou em uma reunião que ele acreditava que o Prefeito estava recebendo informações distorcidas e divergentes do tema. Ele é a favor da emissão do ofício, anexando às atas. Cezira sugeriu que seja dada mais uma oportunidade do Executivo resolver a situação, podendo sim ser emitido um ofício reforçando o prazo e as implicações existentes caso não seja renovado o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária. José Carlos não acredita que a Administração encaminhe algo que faça com que o FAPS volte a ter sustentabilidade porque isso depende de decisão política. Ele salientou que se encontra numa situação muito difícil, pois esta Presidente tem feito as coisas necessárias e tem condições de fazer esse pedido e tendo em vista a solicitação dela, ele sugeriu que este Conselho faça uma reunião extraordinária para discutir novamente este assunto. Luciane sugeriu que tendo em vista que o novo Conselho assumirá no dia 18 (dezoito) de junho ela acredita que podemos fazer a reunião extraordinária no dia 17 (dezesete), pois quando a Cezira assumiu ela pediu um voto de confiança. Luciane disse que confia nela tendo em vista o discurso muito convincente além do trabalho que ela vem realizando no Instituto. Cezira acredita que é muito importante que seja emitida esta correspondência para alertar o prefeito da responsabilidade que está em suas mãos. Reforçar também que um aporte financeiro sem aumento de alíquota não irá resolver o problema. Para José Carlos o aporte financeiro tem que ser no mínimo que cubra o déficit financeiro existente. Luciane comentou que o atuário explicou que se o Município colocar um aporte insuficiente, não adiantará somente preencher o DRAA e enviar, pois o Ministério vai negar a renovação do CRP. Vinicius comentou que dos cálculos apresentados, em todos eles é mostrado que os três milhões são insuficientes para cobrir o déficit atuarial porque, por exemplo, o Executivo pediu para o Banco do Brasil fazer um cálculo com o valor referido acima e incluir todos os benefícios especiais de volta para os entes empregadores. Luciane esclareceu que os benefícios especiais são o auxílio doença e o auxílio gestante. Ficou decidido que será encaminhado um documento, com cópias das atas, pedindo que o mesmo seja anexado ao ofício encaminhado pela Presidente do IPAM, tendo em vista que o Conselho Deliberativo já estava apontando a situação há muito tempo. Em relação a proposta da Luciane de que a reunião extraordinária seja realizada no dia 17 (dezesete) deste mês, para decidir sobre a notificação ao Ministério da Previdência e ao Tribunal de Contas do Estado, caso não tenha sido realizado o encaminhamento do DRAA. A mesma foi aceita por unanimidade ficando agendada para às 08 (oito) horas e 30 (trinta) minutos. No que diz respeito ao processo administrativo nº 180/2014 (cento e oitenta barra dois mil e quatorze), segundo ponto de pauta, José Carlos informou que este processo foi aberto por ele solicitando à Procuradoria do Instituto um parecer jurídico referente a possibilidade de ressarcimento aos cofres públicos quanto as despesas realizadas a título de diárias e inscrição do Curso Preparatório para o CPA-10, visto que um ex-diretor não realizou a prova prevista no referido curso, gerando prejuízo ao FAPS. Cezira resumiu o parecer jurídico e salientou que, na opinião do Procurador Previdenciário, temos que notificar e instaurar um processo de sindicância, dando direito a ele de defesa e, depois aplicar a multa. Ela salientou que este encaminhamento é para respaldar a cobrança. Ficou decidido que o processo será encaminhado conforme o parecer emitido pela Procuradoria. Em relação às eleições do FAPS, terceiro ponto da pauta, José Carlos solicitou que conste em ata: **a)** O seu agradecimento aos servidores do IPAM; a Márcia, Secretária da Comissão Eleitoral, que trabalhou até em final de semana e manteve a Comissão Eleitoral em condições de trabalhar; aos mesários que foram indicados por suas Secretarias, a Comissão Eleitoral principalmente em nome do Presidente Edelvan, pelo trabalho realizado enfrentando "n" dificuldades, ou seja, à todos que trabalharam na realização do pleito. **b)** Entre os problemas que existiram, destacou: a falta de amparo da Administração na logística e em pessoal; a Secretaria da Saúde, que não conseguiu indicar três pessoas para compor as mesas coletoras; mesas com menos pessoas do que o solicitado; falta de veículo. **c)** Citou o seu Diretor, Pedro Oliveira Lima, que conseguiu um veículo nos dois dias de votação, para ajudar a levar e buscar as urnas da Secretaria de Obras e do SAMAE. **d)** Comentou que foi lamentável a participação do representante do SINDISERV, que de 11 (onze) reuniões participou em apenas 05 (cinco). José Carlos irá falar isso pessoalmente, caso ele compareça e, se não comparecer deixará registrado em ata, hoje à tarde, na reunião da

  Márcia 



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

Comissão Eleitoral. Salientou que ele não ajudou em nada nestas eleições, nem a levar e buscar as urnas. José Carlos ressaltou que o nosso Sindicato tem o entendimento de que tem que ter urnas em todos os locais e ele, também, tem este entendimento, mas, não temos nem a logística nem a estrutura para isso. Ele salientou que o Conselho Fiscal do FAPS, dentro de suas atribuições, foi omissivo, pois deveria ter indicado um membro para compor a Comissão Eleitoral e não indicou. e) Ele reforçou que em relação aos carros colocados à disposição da Comissão além do disponibilizado pelo seu Diretor, pela Câmara, pela Administração e pelo IPAM também liberaram os motoristas para ficarem a disposição da Comissão. f) José Carlos informou que esta Comissão irá deixar um documento para a próxima Comissão visando que eles recebam a avaliação desta Comissão dos problemas encontrados. Ele comentou que a Comissão não tem amparo legal, pois não está previsto a Assessoria Jurídica e nem os custos para as despesas tendo em vista que usamos os nossos celulares para resolver os problemas que surgem no decorrer do pleito; algumas pessoas trabalharam de doze a quatorze horas por dia; servidores que trabalharam depois do seu horário de trabalho; não existe nenhum ressarcimento; além de que mudamos nossa rotina por dois dias. Cezira pontuou que em relação à Assessoria Jurídica, como o IPAM está envolvido no pleito, ela combinou com o Procurador Geral Adjunto, da Procuradoria Geral do Município, que ele ficará a disposição para se, houver necessidade de um parecer jurídico ele irá dar o amparo necessário. José Carlos leu o nome dos servidores eleitos: Conselho Deliberativo Segmento Ativos (Titulares): Cristiane Beltrame Padilha, 525 (quinhentos e vinte e cinco) votos, Rosane de Fátima Carneiro, 414 (quatrocentos e quatorze) votos e Rosângela Dalla Vecchia, 331 (trezentos e trinta e um) votos. Conselho Deliberativo Segmento Ativos (Suplentes): Paulo Roberto Borges, 217 (duzentos e dezessete) votos, Maria Elisa Galina dos Santos, 192 (cento e noventa e dois) votos e Ana Claudia Doleys Schittler, 188 (cento e oitenta e oito) votos. Conselho Fiscal Segmento Ativos (Titulares): Luciane G. Dutra de Oliveira, 853 (oitocentos e cinquenta e três) votos e Clóvis José Triches 671 (seiscentos e setenta e um) votos. Conselho Fiscal Segmento Ativos (Suplentes): Jones Premaor de Carvalho, 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) votos e Luciana Daniela Duarte, 384 (trezentos e oitenta e quatro) votos. Conselho Deliberativo Segmento Inativos (Titulares): Vladimir Tadeu Borges Duarte, 100 (cem) votos. Conselho Deliberativo Segmento Inativos (Suplentes): Sonia Beatriz Suzin, 88 (oitenta e oito) votos. José Carlos lembrou aos Conselheiros que ainda falta a homologação dos mesmos. Brando disse que a falta de logística é um problema sério e que quanto mais aumenta o número de servidores maiores são os problemas e lembrou que na época em que presidiu a Comissão Eleitoral o Sindicato também ajudou pouco, porque não se tinha as presenças de forma efetiva. Ele parabenizou a Presidente da Comissão Eleitoral, na pessoa do Edelvan, que é uma pessoa fantástica, que trabalhou, também, na logística do Seminário Sul Brasileiro, ele é muito dinâmico. Além de elogiar o trabalho que a Márcia faz neste Conselho, que se desdobrou em dez para fazer este trabalho. Ele espera que ela continue trabalhando mais dentro desta área e pontuou que o trabalho da Comissão foi excelente. Brando e José Carlos informaram que o total de servidores que votaram no pleito foi de 2.821 (dois mil, oitocentos e vinte e um) ativos e 274 (duzentos e setenta e quatro) inativos, perfazendo um total de 3.095 (três mil e noventa e cinco) eleitores no pleito. Nos assuntos gerais: a) José Carlos disse que na reunião Extraordinária será assinado as atas que estiverem prontas. b) José Carlos falou que a proposta da Resolução do FAPS que trata das despesas de diárias ou inscrições no Curso Preparatório do CPA-10, foi distribuída pela Diretora Administrativa do FAPS e, ele leu a Resolução com a nova redação. Susan lembrou que na última reunião foi trazida a resolução com uma redação diferente e que ela apenas fez as alterações que foram solicitadas pelos Conselheiros na referida reunião. José Carlos agradeceu o trabalho feito pela Susan por ter formatado a redação desta Resolução. c) Brando comentou sobre evento regional que ele e a Cezira participaram, em João Pessoa, no período de 26 (vinte e seis) a 28 (vinte e oito) de maio. d) Brando informou sobre o Congresso Brasileiro que será realizado na cidade de São Paulo – SP, no período de 20 (vinte) a 22 (vinte e dois) de agosto do corrente. José Carlos ressaltou a importância e a necessidade da Presidente do IPAM acompanhar estes eventos. Ele lembrou a sua posição com referência a separação do IPAM-FAPS do IPAM-SAÚDE, acredita que em algum momento ela irá acontecer e entende que o CNPJ deve ser separado, mas reforça a sua preocupação com essa separação. Ficou decidido que: 1. Será encaminhado um documento, com cópias das atas, pedindo que o mesmo seja anexado ao ofício encaminhado pela Presidente do IPAM, tendo em vista que o Conselho Deliberativo já estava apontando a situação há muito tempo. 2. Será realizada uma reunião extraordinária, no dia 17 (dezessete) deste mês, às 08 (oito) horas e 30 (trinta) minutos, para decidir sobre a notificação ao Ministério da Previdência e ao Tribunal de Contas do Estado, caso não tenha sido realizado o encaminhamento do DRAA. 3. Será encaminhado o processo administrativo nº 180/2014 (cento e oitenta e dois mil e quatorze), conforme o parecer emitido pela Procuradoria. 4. A proposta da Resolução do FAPS que trata das despesas de diárias ou inscrições no Curso Preparatório do CPA-10 foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araújo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

MÁRCIA ARAÚJO